







# Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

## Relatório Municipal ODS 2025 Melgaço





## GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

**Helder Zahluth Barbalho**  
Governador do Estado do Pará

## FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

**Marcel do Nascimento Botelho**  
Diretor-Presidente

**Deyvison Andrey Medrado Gonçalves**  
Diretor Científico

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza**  
Diretor de Estudos e Pesquisas  
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

**Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos**  
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão  
da Informação

**Luziane Cravo Silva**  
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

**Juliano Gotardo Pancieri**  
Diretor Administrativo

**Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari**  
Diretor de Operações Técnicas

**Osvaldo Trindade Carvalho**  
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

## EXPEDIENTE

**Marcel do Nascimento Botelho**  
Diretor-Presidente

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza**  
Diretor de Estudos e Pesquisas  
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

**Marcelo Santos Chaves**  
Coordenador de Estudos Econômicos  
e Análise Conjuntural

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA**  
Coordenador Geral da Pesquisa

**Marcelo Santos Chaves – FAPESPA**  
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos  
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**  
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social  
da Amazônia – AMAZON CETEC**  
Organização



# ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

<b>Objetivo 1</b> - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

<b>Objetivo 2</b> - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

<b>Objetivo 3</b> - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

<b>Objetivo 4</b> - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

<b>Objetivo 5</b> - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

<b>Objetivo 6</b> - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----





	<b>Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....</b>	<b>24</b>
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	<b>Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....</b>	<b>27</b>
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	<b>Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....</b>	<b>29</b>
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	<b>Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....</b>	<b>32</b>
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	<b>Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....</b>	<b>34</b>
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	<b>Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....</b>	<b>36</b>
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	<b>Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....</b>	<b>39</b>
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	<b>Objetivo 14 – Vida na Água.....</b>	<b>41</b>
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	<b>Objetivo 15 – Vida Terrestre.....</b>	<b>42</b>
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	<b>Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....</b>	<b>45</b>
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	<b>Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....</b>	<b>47</b>
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	<b>Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....</b>	<b>50</b>
	<b>Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....</b>	<b>51</b>



# LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Evolução da Taxa de Pobreza, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	10
<b>Gráfico 2</b> - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	11
<b>Gráfico 3</b> - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	12
<b>Gráfico 4</b> - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	13
<b>Gráfico 5</b> - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	15
<b>Gráfico 6</b> - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	16
<b>Gráfico 7</b> - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019- 2023).....	18
<b>Gráfico 8</b> - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	19
<b>Gráfico 9</b> - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	20
<b>Gráfico 10</b> - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	21
<b>Gráfico 11</b> - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	23
<b>Gráfico 12</b> - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	24
<b>Gráfico 13</b> - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	25





# LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 14</b> - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	26
<b>Gráfico 15</b> - Empregos Formais por Mil Habitantes, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	28
<b>Gráfico 16</b> - PIB per capita, Melgaço x RI Marajó x Pará (2018-2022).....	29
<b>Gráfico 17</b> - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Melgaço x RI Marajó x Pará (2018-2022) .....	31
<b>Gráfico 18</b> - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	32
<b>Gráfico 19</b> - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2022) .....	33
<b>Gráfico 20</b> - Acesso à Telefonia Móvel, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	35
<b>Gráfico 21</b> - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	36
<b>Gráfico 22</b> - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	37
<b>Gráfico 23</b> - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	38
<b>Gráfico 24</b> - Gastos per capita com prevenção de desastres, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	40
<b>Gráfico 25</b> - Despesa per capita com preservação aquática, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	42
<b>Gráfico 26</b> - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	43
<b>Gráfico 27</b> - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	44
<b>Gráfico 28</b> - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	46
<b>Gráfico 29</b> - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	47
<b>Gráfico 30</b> - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Melgaço x RI Marajó x Pará (2018-2022) .....	48
<b>Gráfico 31</b> - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	49
<b>Gráfico 32</b> - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Melgaço x RI Marajó x Pará (2025) .....	50



# INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Melgaço (PA)**.





# ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

*Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.*

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



## Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2023, a taxa de pobreza em Melgaço se manteve em patamares elevados, iniciando em 72,0% em 2019, caindo levemente para 71,3% em 2020, e voltando a subir nos anos seguintes. Em 2022, o município atingiu seu pico com 77,3%, antes de recuar para 73,0% em 2023. Na Região de Integração do Marajó, o comportamento foi semelhante, partindo de 68,8% em 2019, com leve queda até 2020 (67,6%), aumento até 2022 (73,3%) e queda para 68,2% em 2023. Já o estado do Pará teve variação menos intensa, de 41,9% em 2019 para um pico de 59,2% em

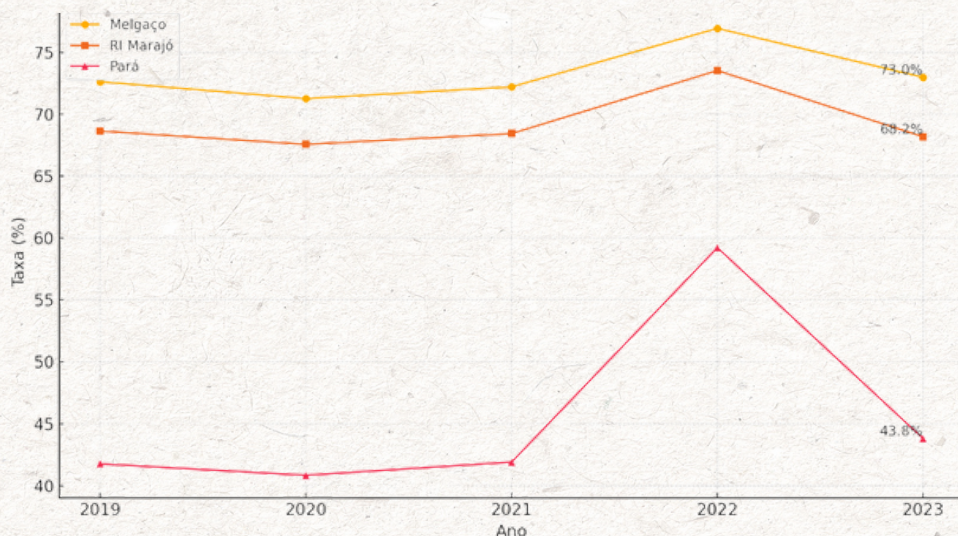
2022, com redução para 43,8% em 2023 (Gráfico 1).

Essa trajetória sugere impactos significativos da pandemia da COVID-19 em 2022, especialmente para os grupos mais vulneráveis, com forte aumento da pobreza em todas as escalas. Melgaço e o Marajó apresentaram taxas persistentemente acima de 65%, revelando desigualdades estruturais. Embora 2023 traga uma reversão parcial, os níveis ainda são altos. No caso do estado do Pará, o salto em 2022 parece ter sido mais conjuntural e rapidamente revertido. A queda no último ano pode estar associada a políti-



cas de transferência de renda ou recuperação econômica, mas não foi suficiente para retomar os níveis de 2019 (Gráfico 1).

**Gráfico1** - Evolução da Taxa de Pobreza, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 73%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Despesas Públicas com Serviços essenciais

Melgaço registrou elevado investimento em serviços essenciais entre 2019 e 2023, com percentuais sempre acima de 78%. O ponto mais alto ocorreu em 2020, com 84,9%, enquanto o menor valor foi 80,1% em 2023. A Região de Integração Marajó seguiu padrão semelhante, mas em patamar inferior: de 75,5% em 2019 para 76,0% em 2023, com queda significativa em 2020 (72,6%). O estado do Pará apresentou os menores percentuais, variando de 62,9% em 2019 para 60,9% em 2023, chegando ao mínimo de 59,3% em 2022 (Gráfico 2).

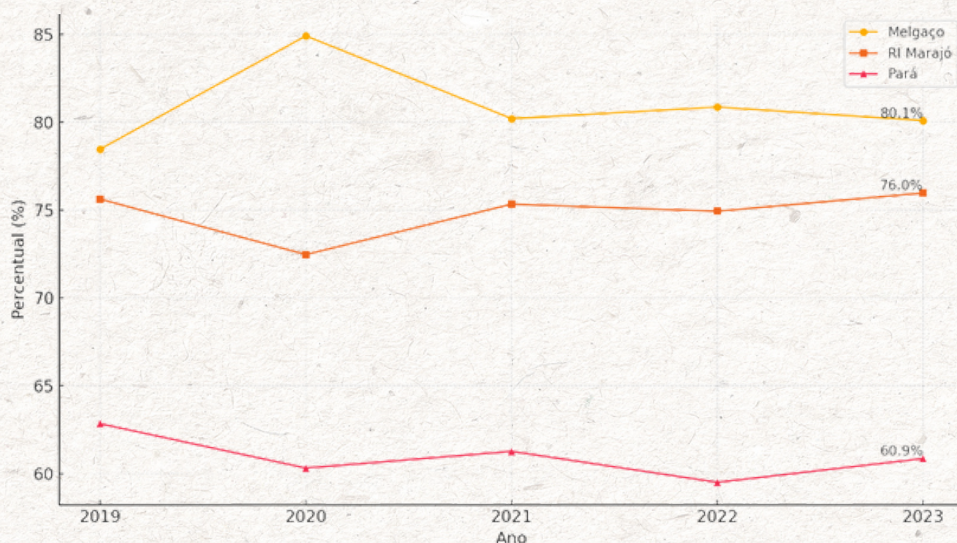
Essa diferença de alocação orçamentária evidencia o esforço maior de Melgaço na priorização dos serviços básicos. Apesar dis-

so, a manutenção da pobreza elevada sugere limitações na efetividade dos gastos ou dificuldades na gestão dos recursos. O contraste com o estado do Pará é marcante, indicando que Melgaço destina, proporcionalmente, quase 20 pontos percentuais a mais para áreas essenciais. A estabilidade dos percentuais em Melgaço nos últimos anos sugere comprometimento com políticas sociais, ainda que seus efeitos demorem a surtir impacto. O leve declínio após 2020 pode ser reflexo de restrições fiscais ou re-direcionamento de verbas. Ainda assim, o patamar acima de 80% permanece significativo. Isso reforça a necessidade de avaliar a qualidade da execução orçamentária e seus resultados na população (Gráfico 2).





**Gráfico 2** - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 80,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta foi alcançada.

## ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

*Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.*



## Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

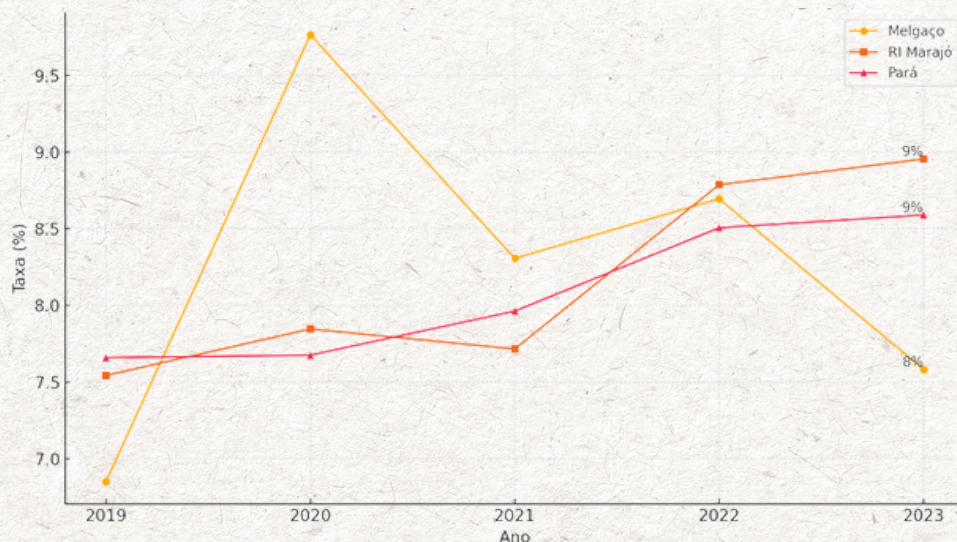
Em Melgaço, a taxa de crianças com baixo peso ao nascer teve forte oscilação. Saiu de 6,8% em 2019, saltou para 9,8% em 2020, recuou para 8,3% em 2021, voltou a subir para 8,7% em 2022 e caiu novamente para 8,0% em 2023. A Região de Integração Marajó apresentou crescimento mais regular, passando de 7,6% em 2019 para 9,0% em 2023, com estabilidade nos dois últimos anos (Gráfico 3).

O pico registrado em Melgaço em 2020 pode refletir efeitos da pandemia sobre a saúde materna e infantil.

Ainda que a taxa tenha diminuído até 2023, o patamar de 8% continua elevado. A trajetória do município revela uma situação instável, com variações maiores do que nos níveis regionais e estadual. Isso pode indicar vulnerabilidades específicas no acesso a cuidados pré-natais e nutricionais. Já a tendência de crescimento contínuo nos demais níveis aponta um agravamento geral no cenário da saúde neonatal no estado. Mesmo com quedas pontuais, os dados revelam que a questão permanece crítica em todo o território analisado. A redução em Melgaço em 2023 é um sinal positivo, mas o valor ainda está acima do ideal (Gráfico 3).



**Gráfico 3** - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



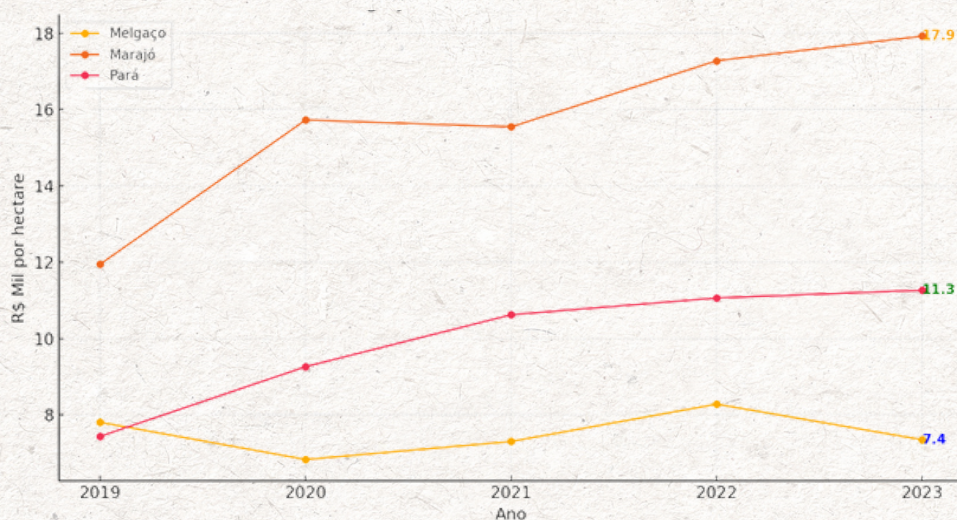
### Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em Melgaço mostrou grande instabilidade no período. Em 2019, era de R\$ 7,8 mil/hectare, caiu para R\$ 6,8 mil em 2020, recuperou-se levemente para R\$ 7,3 mil em 2021, atingiu o pico de R\$ 8,3 mil em 2022, mas voltou a cair para R\$ 7,4 mil em 2023. A RI Marajó registrou crescimento constante, indo de R\$ 12,0 mil/hectare em 2019 para R\$ 17,9 mil em 2023. Já o estado do Pará partiu de R\$ 7,5 mil/hectare e chegou a R\$ 11,3 mil em 2023 (Gráfico 4).

Esses dados indicam que Melgaço está consistentemente abaixo da média regional e estadual em termos de produtividade agrícola. A leve recuperação observada entre 2020 e

2022 não se sustentou, mostrando baixa resiliência do setor. O contraste com a RI Marajó, que teve aumento de quase 6 mil reais por hectare, é significativo. Enquanto isso, o Pará como um todo também experimentou crescimento estável, o que sugere avanços tecnológicos ou melhoria na gestão agropecuária em outras áreas. Em Melgaço, o cenário revela uma estrutura produtiva ainda frágil e dependente de intervenções mais robustas. Investimentos em infraestrutura rural, capacitação técnica e acesso a crédito poderiam melhorar esse desempenho. Sem isso, o município tende a permanecer economicamente vulnerável (Gráfico 4).

**Gráfico 4** - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 7,4 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.







# ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

*Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.*

## Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

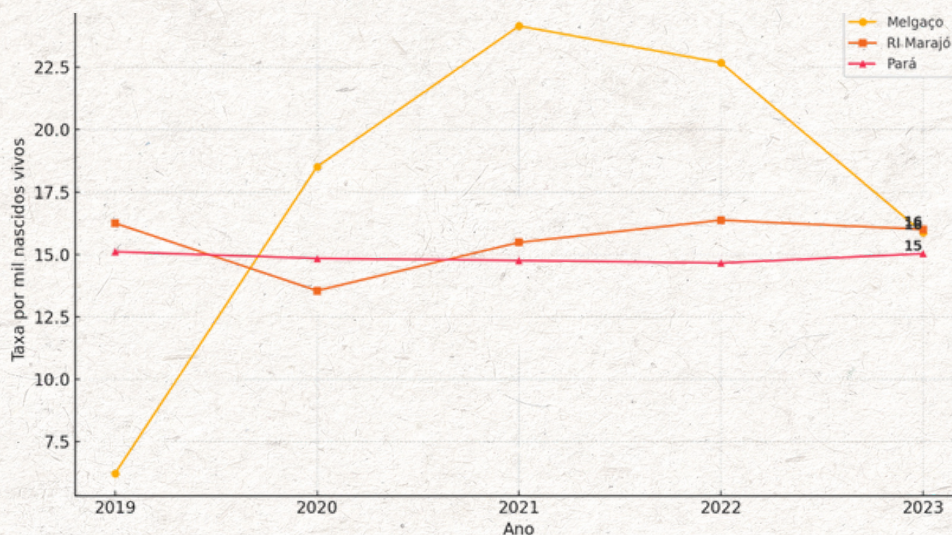
Em Melgaço, a taxa de mortalidade infantil cresceu de forma acentuada, saindo de 6,2 em 2019 e alcançando o pico de 24,3 em 2021. A partir de então, iniciou um processo de queda: 22,7 em 2022 e 16,0 em 2023. Já a Região de Integração Marajó iniciou em 16,3 em 2019, caiu para 13,6 em 2020, e depois manteve leve oscilação, encerrando em 16,1 em 2023. O estado do Pará apresentou estabilidade, variando de 15,2 em 2019 para 15,0 em 2023, com valores próximos ao longo do período (Gráfico 5).

A oscilação extrema observada em Melgaço indica vulnerabilidade nos serviços de saúde infantil e materna, especialmente entre 2020 e 2021. A queda após o pico pode refletir medidas de correção ou maior atenção pública ao problema. No entanto, os 16 óbitos por mil nascidos vivos ainda representam um nível alarmante. Em contraste, a RI Marajó e o Pará mantiveram taxas mais estáveis, sugerindo melhor estrutura e acesso à atenção básica. A diferença entre Melgaço e o estado foi de 10,8 pontos no pior ano (2021). Isso evidencia desigualdades críticas que demandam intervenção direta no município (Gráfico 5).





**Gráfico 5** - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Número de Médicos por 10 mil habitantes

Melgaço apresentou baixa cobertura médica durante todo o período. Em 2019 e 2020 havia apenas 3 médicos por 10 mil habitantes, número que caiu para 2,8 em 2021 e se recuperou para 3,0 em 2023. Na RI Marajó, a evolução foi mais significativa: de 2,5 médicos em 2019 para 5,0 em 2023, dobrando a taxa em cinco anos. O estado do Pará, por sua vez, partiu de 8,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019 e cresceu até 11,0 em 2023 (Gráfico 6).

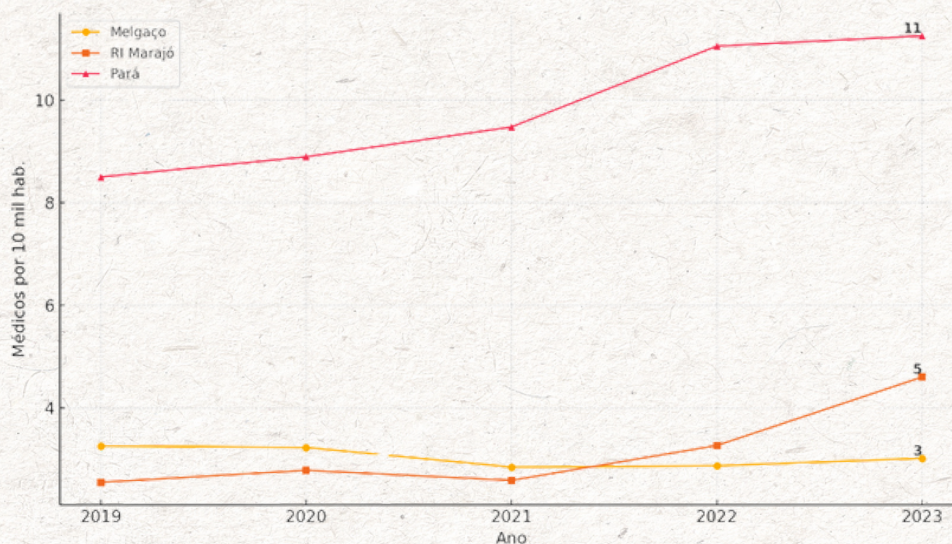
A diferença entre Melgaço e o estado evidencia a escassez de profissionais em

áreas mais isoladas. Mesmo em relação à sua própria região de integração, Melgaço ficou atrás — em 2023, a RI Marajó possuía 2 médicos a mais por 10 mil habitantes. A estagnação do indicador no município sugere ausência de políticas de fixação de médicos ou falta de atratividade da localidade. A ampliação no Pará e na RI mostra que avanços são possíveis, mas exigem estratégias de regionalização e incentivos. A carência médica afeta diretamente a qualidade da atenção básica e os demais indicadores de saúde (Gráfico 6).





**Gráfico 6** - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.





# ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

*Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.*

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

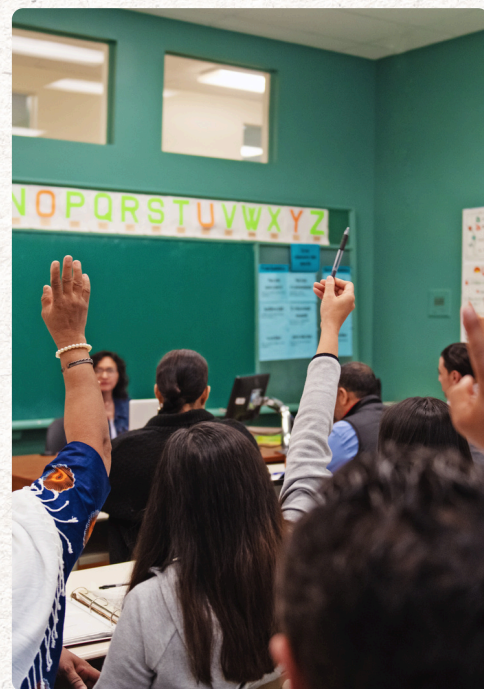
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

## Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em Melgaço, o número de vagas no ensino público começou em 364 por mil habitantes em 2019, teve leve queda para 359 em 2020, subiu para 375 em 2021 e 382 em 2022, mas caiu para 339 em 2023. A RI Marajó iniciou em 301, caiu para 289 em 2020, subiu até 312 em 2022 e fechou em 284 em 2023. O estado do Pará apresentou os menores valores: de 212 em 2019 para 198 em 2023, com pico de 220 em 2022 (Gráfico 7).

Mesmo com a queda recente, Melgaço manteve o maior número de vagas per capi-

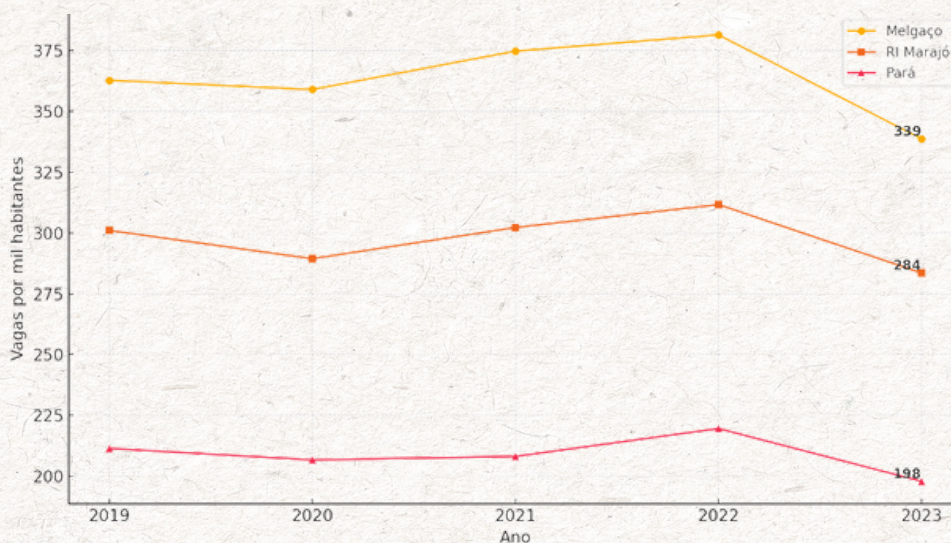
ta no período analisado. Isso pode refletir esforços locais para ampliar o acesso escolar, especialmente em áreas com população dispersa. A diminuição em 2023, no entanto, é preocupante e pode estar relacionada a reorganizações da rede pública. A RI Marajó seguiu comportamento semelhante, porém em patamares mais baixos. O estado do Pará, por sua vez, mantém uma taxa muito inferior, o que sugere déficit de cobertura educacional proporcional à população em muitas áreas urbanas (Gráfico 7).







**Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 339 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Percentual de Escolas com Acesso à Internet

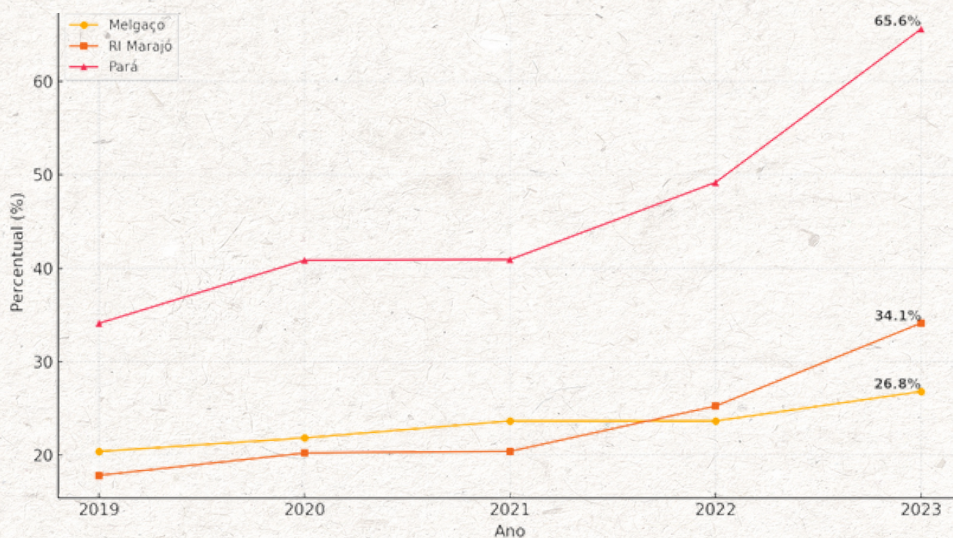
Melgaço apresentou avanços discretos no acesso à internet nas escolas, indo de 20,3% em 2019 para 26,8% em 2023. Na RI Marajó, o percentual foi de 17,8% para 34,1% no mesmo período, com maior aceleração entre 2021 e 2023. O estado do Pará teve expansão significativa: de 34,0% em 2019 para 65,6% em 2023, com destaque para o crescimento entre 2021 (41,0%) e 2023 (Gráfico 8).

Apesar de Melgaço ter ampliado o acesso, a velocidade foi inferior à média

estadual e regional. Em 2023, sua taxa ainda era inferior a metade da cobertura observada no estado. A RI Marajó teve avanço mais acentuado, quase dobrando a proporção em quatro anos. A distância entre Melgaço e o Pará, de quase 39 pontos percentuais em 2023, revela uma forte desigualdade digital. Tal disparidade compromete a equidade educacional e limita a adoção de práticas pedagógicas modernas em áreas mais pobres (Gráfico 8).



**Gráfico 8** - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 26,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

*Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.*

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

### Violência Contra a Mulher por Parceiros



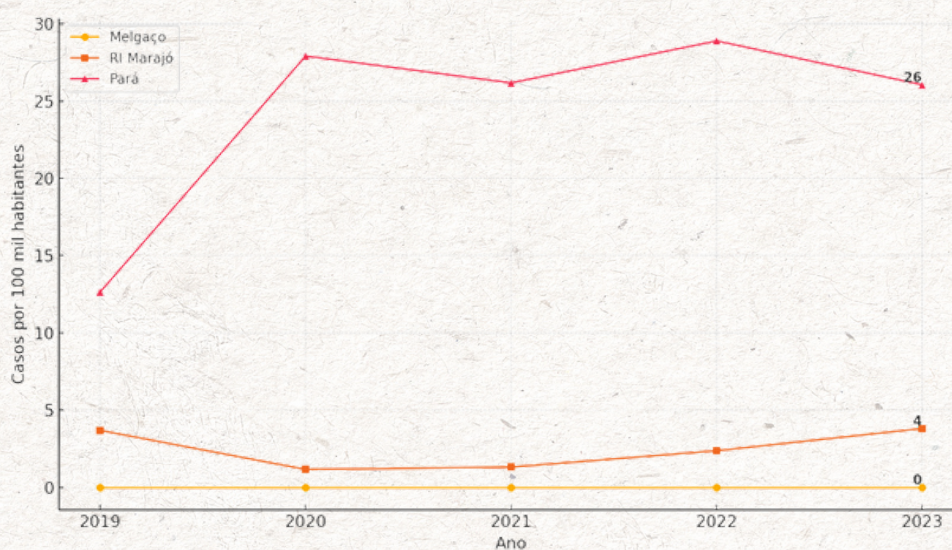
Entre 2019 e 2023, Melgaço não registrou nenhum caso notificado de violência contra a mulher por parceiros, mantendo taxa de 0,0 em todo o período. A RI Marajó apresentou variação de 3,7 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 4,0 em 2023, com queda entre 2020 e 2021 (1,2 casos) e elevação nos anos seguintes. O Pará teve os maiores índices, saindo de 12,7 em 2019 para 26,0 em 2023, com pico de 29,0 em 2022. O crescimento estadual é expressivo, indicando maior visibilidade ou intensificação do problema. A estabilidade zero de Melgaço levanta dúvidas sobre a eficácia dos sistemas de registro (Gráfico 9).





A ausência de registros em Melgaço pode indicar subnotificação, dificuldade de acesso aos canais de denúncia ou falta de estrutura de atendimento. Isso contrasta com o comportamento do estado, onde os números mais que dobraram no período. A RI Marajó mostra discreto aumento recente, o que pode sinalizar melhora nos mecanismos de notificação. A discrepância entre os níveis alerta para desigualdades na proteção às mulheres e na efetividade das políticas públicas. Fortalecer os sistemas de acolhimento e denúncia é essencial para refletir a realidade local com mais precisão (Gráfico 9).

**Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

### Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

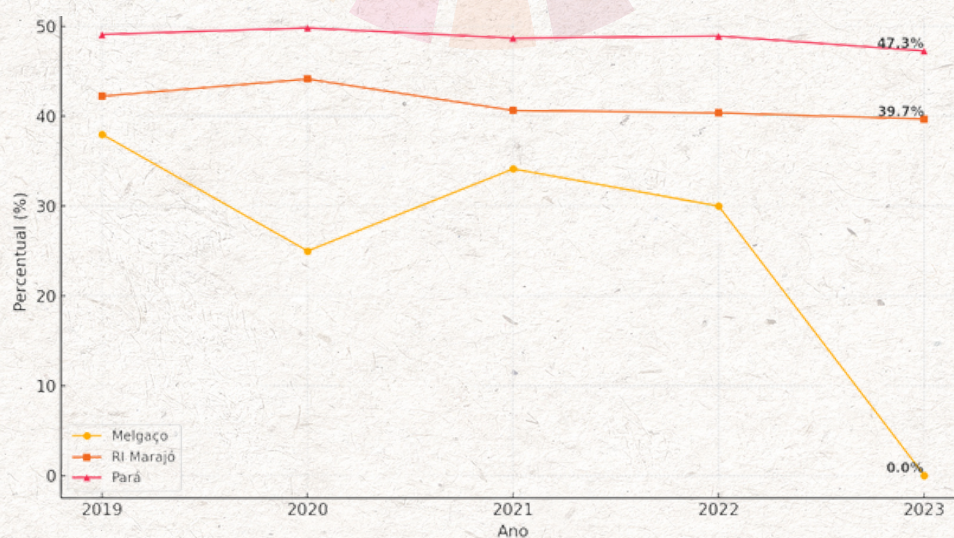
Melgaço iniciou com 38,0% de participação feminina em cargos gerenciais em 2019, caiu para 25,2% em 2020, subiu para 34,3% em 2021, e chegou a 30,0% em 2022. No entanto, em 2023, o percentual foi zerado, registrando 0,0% de ocupação por mulheres. A RI Marajó manteve-se estável, com leve queda: de 42,1% em 2019 para 39,7% em 2023. O estado do Pará também apresentou estabilidade em níveis mais altos, encerrando o período com 47,3%. Melgaço destoou totalmente dos demais níveis territoriais (Gráfico 10).





A queda abrupta para 0% em 2023 representa forte retrocesso em representatividade de gênero na gestão. Esse dado revela uma possível exclusão institucional ou cultural das mulheres em funções de liderança no município. Enquanto RI e estado mantêm equilíbrio, Melgaço rompe com qualquer padrão positivo anterior. A situação exige investigação sobre os fatores que causaram essa exclusão total em 2023. Políticas de incentivo à ocupação feminina em cargos de chefia tornam-se urgentes nesse contexto (Gráfico 10).

**Gráfico 10** - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

*Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.*

## Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

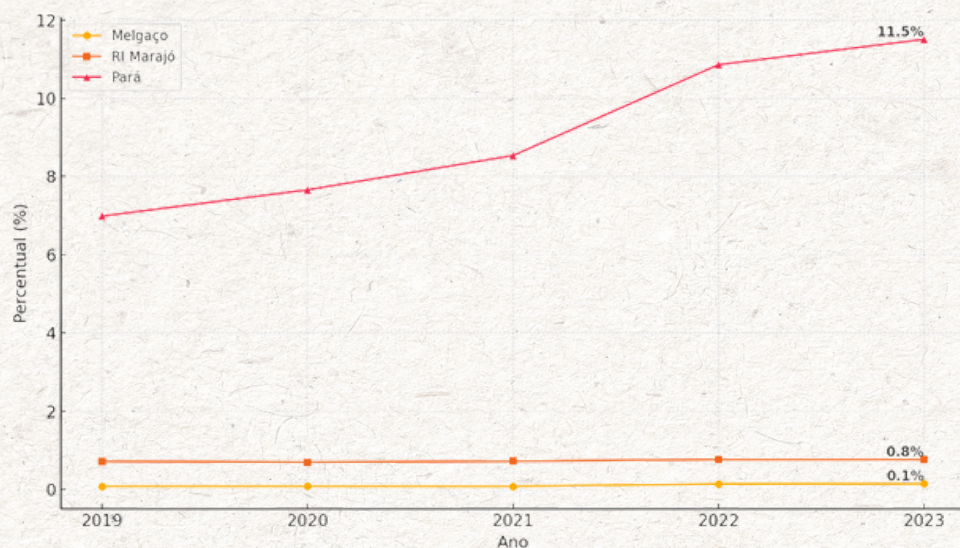
Melgaço manteve níveis extremamente baixos no indicador de coleta de esgoto para a população de baixa renda. De 2019 a 2021, o percentual foi 0,0%, subindo para apenas 0,1% em 2022 e permanecendo nesse valor em 2023. A RI Marajó teve pequena evolução: de 0,7% em 2019 para 0,8% em 2023. Já o Pará mostrou crescimento expressivo, saindo de 7,0% para 11,5% no mesmo período. A discrepância entre os três níveis revela grande desigualdade no acesso ao saneamento (Gráfico 11).

Enquanto o estado e a RI demonstram alguma melhoria, Melgaço permanece praticamente estagnado. A diferença de mais de 11 pontos percentuais entre Melgaço e o estado evidencia exclusão socioambiental grave. Essa realidade afeta diretamente a saúde pública da população vulnerável. A ineficiência no atendimento básico compromete o cumprimento de metas mínimas de desenvolvimento urbano. É fundamental um plano de expansão urgente para o sistema de esgotamento sanitário no município (Gráfico 11).





**Gráfico 11** - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Gasto Municipal com Saneamento per capita

Melgaço apresentou valores zerados no gasto municipal com saneamento per capita ao longo do período analisado. Essa trajetória demonstra uma ausência completa de investimentos diretos do município em saneamento básico, o que pode explicar o baixo desempenho no acesso da população de baixa renda à coleta de esgoto (Gráfico 12).

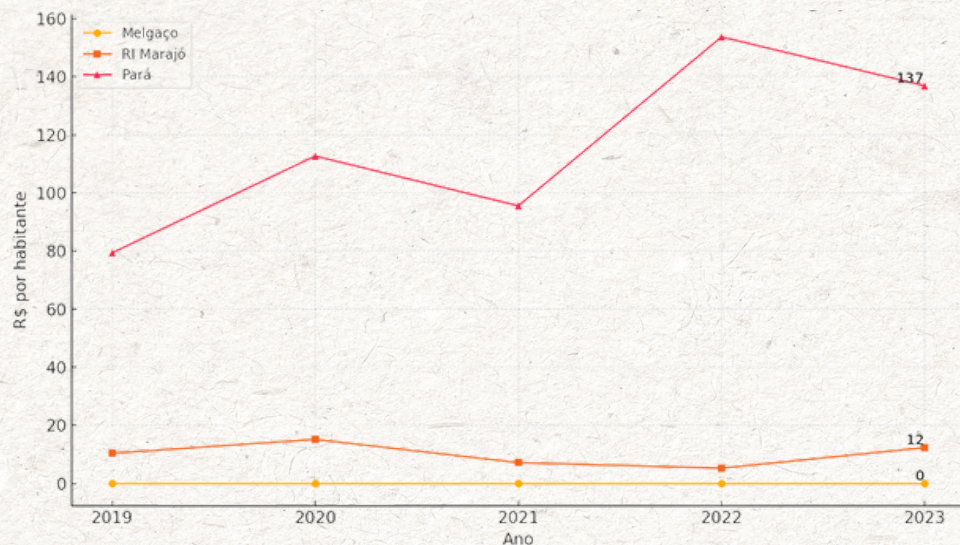
Na Região de Integração Marajó, os gastos aumentaram de R\$ 10,4 em 2019 para

R\$ 12,3 em 2023. O estado do Pará, por sua vez, apresentou maior volume de investimento per capita: R\$ 80 em 2019, R\$ 113 em 2020, queda para R\$ 96 em 2021, forte alta para R\$ 153 em 2022 e leve recuo para R\$ 137 em 2023. A comparação evidencia uma clara desigualdade na capacidade fiscal e na priorização do saneamento entre os entes subnacionais, com Melgaço figurando como um dos mais críticos em termos de esforço orçamentário (Gráfico 12).





**Gráfico 12** - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

## ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

*Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.*

### Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



Em Melgaço, o consumo de energia elétrica per capita partiu de 112 kWh/hab. em 2019, recuou para 99 kWh/hab. em 2020 e 2021, e subiu progressivamente nos anos seguintes, alcançando 125 kWh/hab. em 2022 e 251 kWh/hab. em 2023. Na RI Marajó, o indicador teve crescimento constante: de 268 kWh/hab. em 2019 para 384 kWh/hab. em 2023. Já no estado do Pará, os valores são substancialmente mais altos, saltando de 998 kWh/hab. em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023 (Gráfico 13).

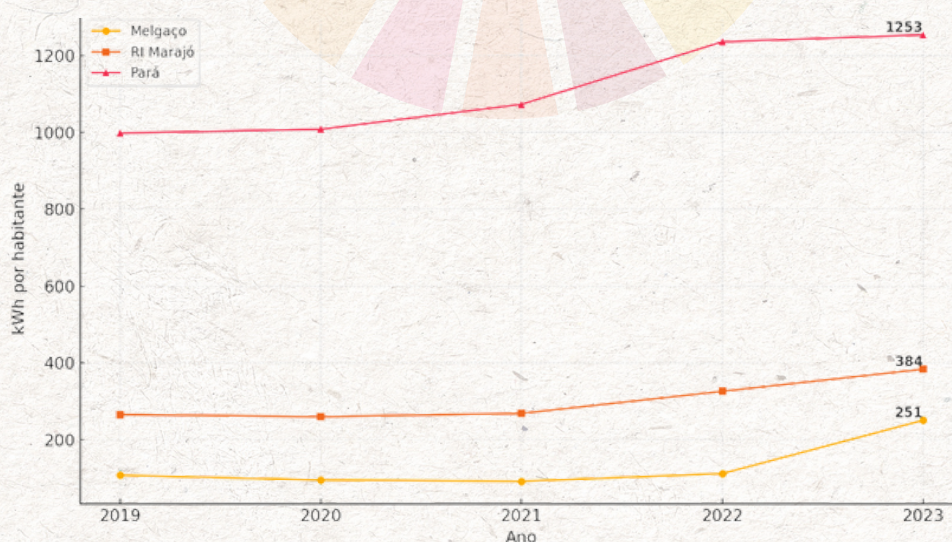
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.





A diferença entre Melgaço e o estado em 2023 foi de 1.002 kWh/hab., demonstrando um acesso muito mais restrito à eletricidade no município. Apesar disso, a duplicação do consumo em Melgaço entre 2022 e 2023 sugere um avanço significativo na infraestrutura elétrica ou na regularização do fornecimento. A evolução contínua do estado evidencia um padrão de consumo mais urbano e industrializado. A RI Marajó, por sua vez, apresenta trajetória de crescimento mais moderada. Esses dados apontam para desigualdades ainda marcantes, mas com sinais de melhora recente em Melgaço (Gráfico 13).

**Gráfico 13** - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 251 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

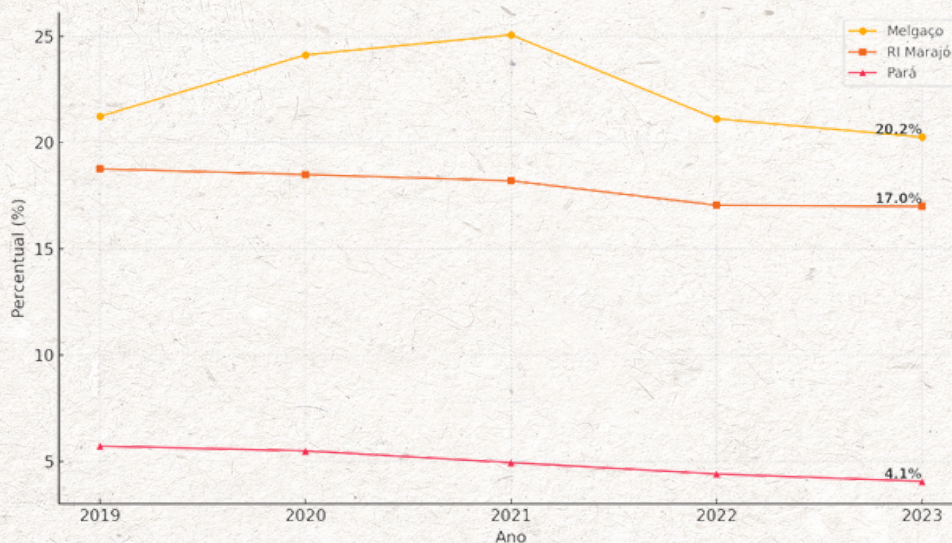
Em Melgaço, o percentual de domicílios de baixa renda que utilizam iluminação fóssil era de 21,2% em 2019, subiu para 24,2% em 2020 e atingiu o pico de 25,0% em 2021. A partir de então, houve queda acentuada: 21,1% em 2022 e 20,2% em 2023. Na RI Marajó, a taxa foi mais estável, iniciando em 18,9% em 2019 e recuando para 17,0% em 2023. O estado do Pará manteve os menores valores, caindo de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023 (Gráfico 14).



Apesar da queda recente, Melgaço ainda registra o maior percentual entre os três níveis analisados. A persistência de taxas acima de 20% indica que uma parcela significativa da população de baixa renda continua sem acesso à energia elétrica adequada. O uso de fontes fósseis representa riscos à saúde e ao meio ambiente, além de evidenciar a exclusão energética. O Pará demonstra avanços mais consistentes, enquanto a RI Marajó também apresenta uma leve tendência de queda. Reduzir essa dependência exige ampliação da rede elétrica e políticas públicas específicas voltadas para comunidades isoladas (Gráfico 14).



**Gráfico 14** - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

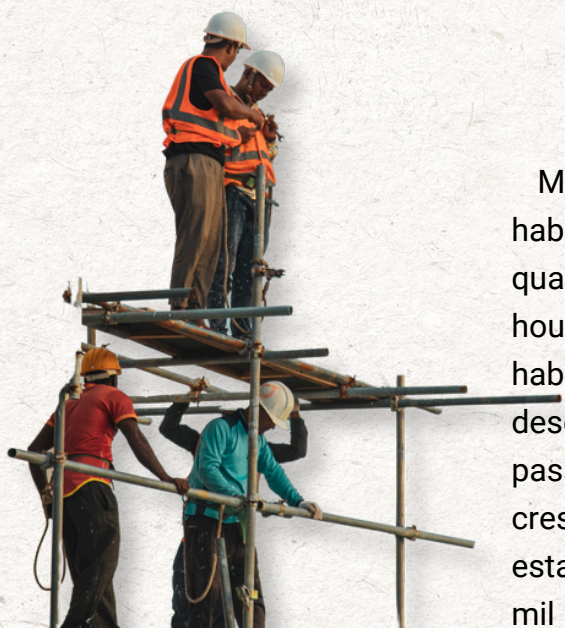


# ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

*Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



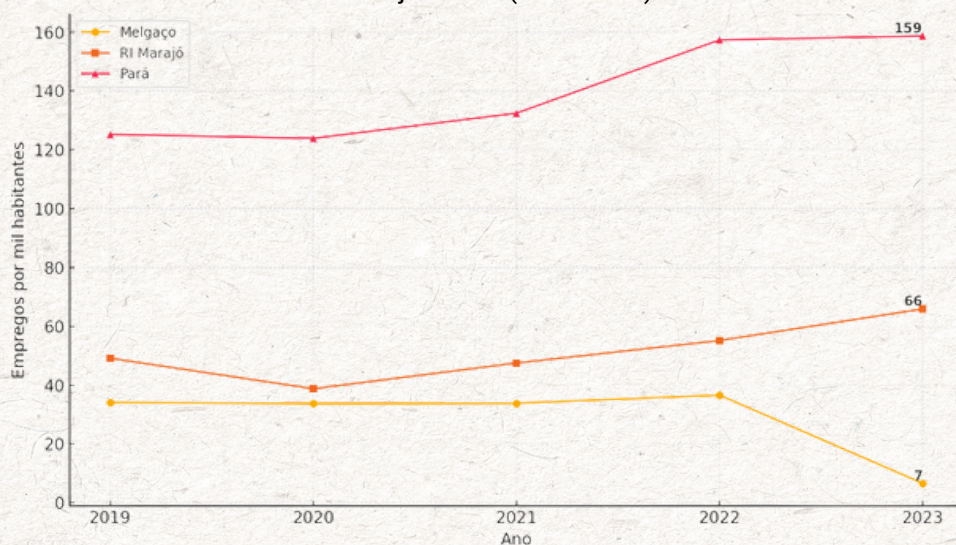
## Empregos Formais por Mil Habitantes

A queda drástica de Melgaço em 2023 rompe completamente com a estabilidade anterior e sugere uma forte retração da formalização no mercado local. Esse resultado pode indicar desemprego, informalidade crescente ou extinção de postos formais. Em contraste, tanto a RI quanto o estado registraram melhorias progressivas, mesmo em contexto de adversidade econômica. A distância entre Melgaço e o Pará, que em 2023 chega a 152 empregos por mil habitantes, revela disparidades profundas. Isso exige políticas específicas de fomento à economia local e formalização do trabalho. Caso contrário, o município continuará à margem dos avanços registrados em outras regiões (Gráfico 15).

Melgaço iniciou 2019 com 34 empregos formais por mil habitantes e manteve esse patamar estável até 2022, quando subiu levemente para 36. No entanto, em 2023 houve uma queda brusca para apenas 7 empregos por mil habitantes, o pior resultado da série. A RI Marajó apresentou desempenho ascendente, partindo de 50 em 2019, passando por uma leve queda para 39 em 2020, e crescendo continuamente até atingir 66 em 2023. Já o estado do Pará começou com 126 empregos formais por mil habitantes em 2019 e atingiu 159 em 2023, mostrando evolução sólida (Gráfico 15).



**Gráfico 15** - Empregos Formais por Mil Habitantes, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### PIB per capita

O município de Melgaço apresentou crescimento no PIB per capita, partindo de R\$ 6.296 em 2018 e alcançando R\$ 7.958 em 2022. A evolução foi contínua, com destaque para os aumentos entre 2020 (R\$ 6.858) e 2022, ainda que o valor permaneça baixo frente a outras regiões. A RI Marajó também mostrou crescimento, saindo de R\$ 9.104 em 2018 para R\$ 10.162 em 2022, com recuo apenas em 2019. O estado do Pará apresentou avanço significativo: de R\$ 18.887 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022, praticamente dobrando no período (Gráfico 16).



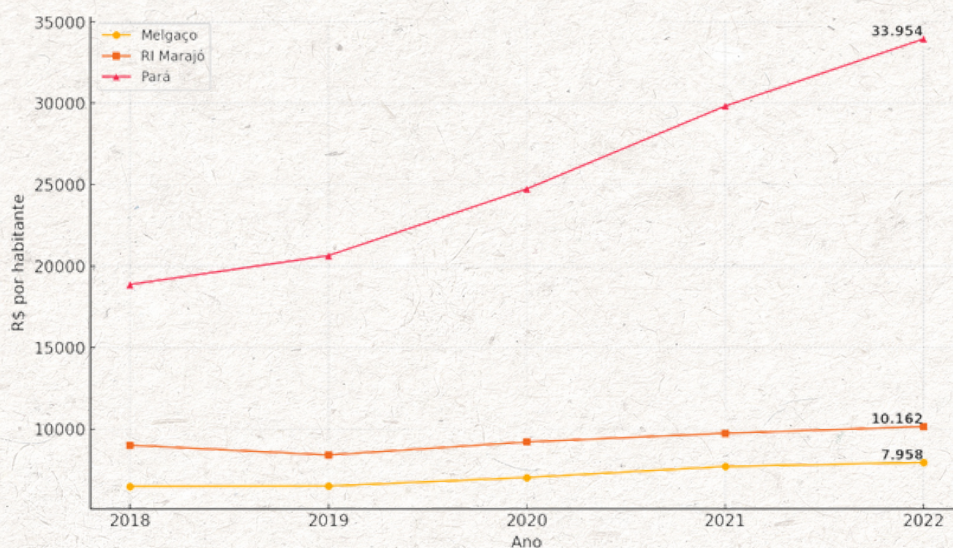
A diferença entre Melgaço e o estado do Pará em 2022 foi de aproximadamente R\$ 26 mil por habitante, revelando forte concentração de riqueza em outras regiões. Mesmo com

crescimento, o município permanece abaixo da média regional (RI Marajó) e estadual, evidenciando limitações produtivas e estruturais. O crescimento no Pará foi impulsionado possivelmente pela mineração e grandes projetos industriais, pouco presentes em Melgaço. A evolução positiva em todos os níveis, no entanto, indica um ciclo de expansão econômica recente. Para Melgaço acompanhar esse movimento, será necessário atrair investimentos e diversificar sua base produtiva (Gráfico 16).





**Gráfico16** - PIB per capita, Melgaço x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 7.958/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

*Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



## Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



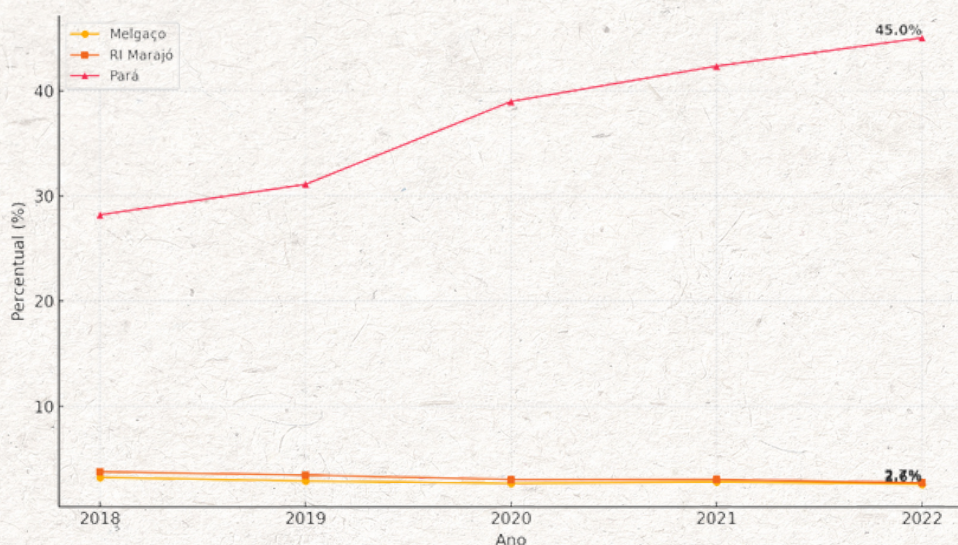
Melgaço manteve participação industrial muito baixa em sua economia durante o período. O percentual do valor adicionado da indústria no PIB foi de 3,3% em 2018 e caiu gradativamente até atingir 2,7% em 2022. A RI Marajó apresentou valores similares, saindo de 3,8% para 2,8% no mesmo período. Em contrapartida, o estado do Pará apresentou crescimento notável: de 28,5% em 2018 para 45,0% em 2022, com destaque para os saltos em 2020 (38,8%) e 2021 (42,4%) (Gráfico 17).

A participação da indústria em Melgaço e na RI é muito reduzida e com tendência de queda, o que indica forte dependência de setores como administração pública e agricultura. Isso contrasta com o desempenho estadual, fortemente alavancado por atividades industriais de grande escala. A diferença de mais de 42 pontos percentuais em 2022 entre Melgaço e o estado mostra o grau de concentração industrial fora do município. Essa disparidade explica, em parte, a baixa geração de empregos formais e o baixo PIB per capita local. Investir na base industrial regional pode ser uma estratégia para elevar os indicadores econômicos locais e reduzir desigualdades estruturais (Gráfico 17).





**Gráfico 17** - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Melgaço x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Melgaço, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes manteve estabilidade de 2019 a 2022, variando entre 11,8 e 12,0. Contudo, em 2023 houve uma queda abrupta para apenas 1 profissional por 100 mil habitantes, o menor valor da série. A RI Marajó iniciou com 9,1 em 2019, caiu para 7,0 em 2020, e depois subiu gradualmente a-



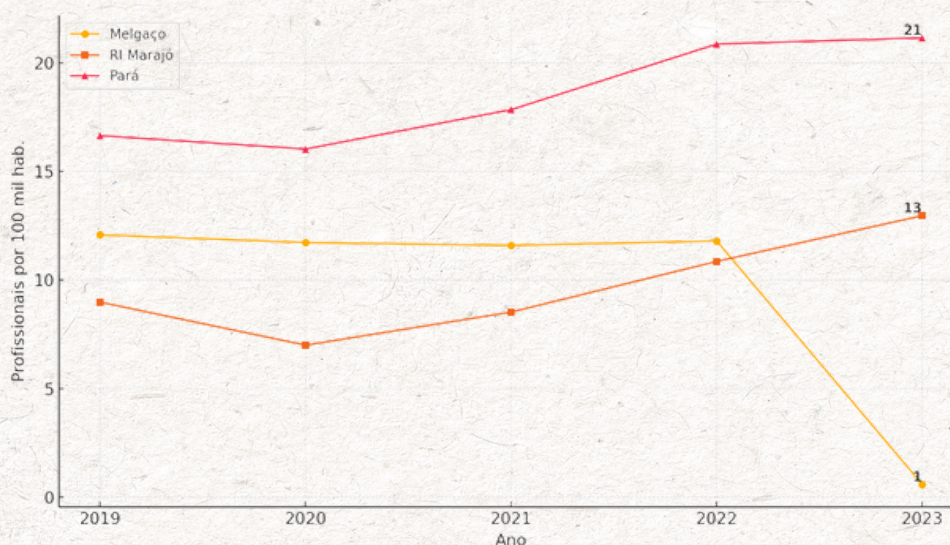
té alcançar 13,0 em 2023. Já o estado do Pará apresentou crescimento contínuo: de 16,6 em 2019 para 21,0 em 2023. Os dados indicam tendência positiva no estado e na região, contrastando com o colapso local em Melgaço (Gráfico 18).

Essa queda drástica em Melgaço pode ser reflexo de evasão profissional, descontinuidade de programas locais ou falhas nos registros. O desempenho da RI e do estado sugere fortalecimento das políticas de ciência e tecnologia, com aumento na contratação ou fixação de especialistas. A diferença entre Melgaço e o estado chega a 20 pontos em 2023, indicando desigualdade profunda no acesso à pesquisa e inovação. Isso compromete não apenas o desenvolvimento científico, mas também a capacidade local de absorver e aplicar conhecimento técnico. É urgente recompor ou reestruturar as políticas científicas no município (Gráfico 18).





**Gráfico 18** - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

## ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

*Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles*





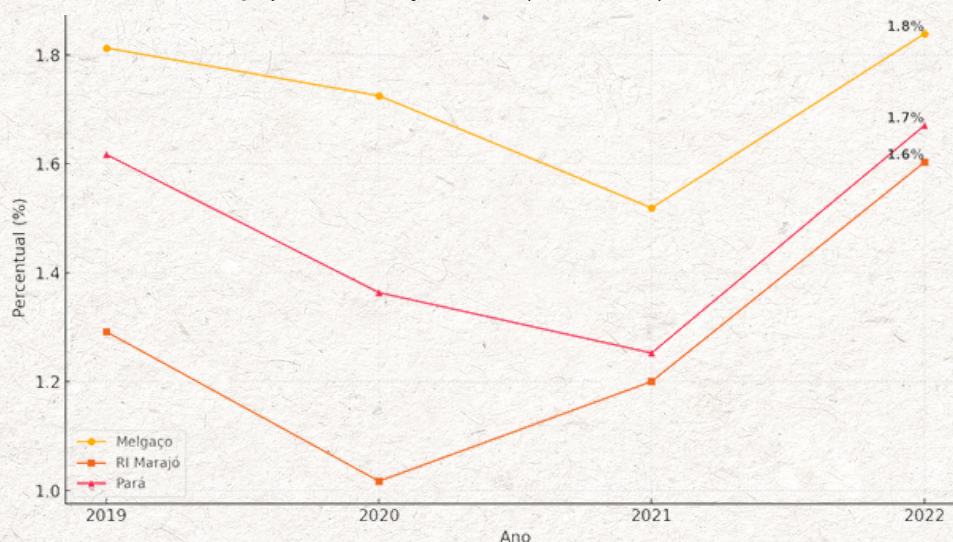
### Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Melgaço, a massa salarial formal representava 1,81% do PIB em 2019, recuou para 1,73% em 2020, e caiu ainda mais para 1,51% em 2021. Em 2022, houve forte recuperação, com a participação subindo para 1,83% o maior valor do período. A RI Marajó seguiu tendência semelhante: de 1,29% em 2019 para 1,01% em 2020, com recuperação em 2022 (1,60%). No estado do Pará, os percentuais oscilaram de 1,62% em 2019 para 1,25% em 2021, fechando em 1,70% em 2022 (Gráfico 19).

A trajetória mostra que Melgaço teve de-

sempenho relativamente positivo na comparação regional, especialmente em 2022. Apesar da queda entre 2019 e 2021, a reversão rápida do indicador revela possível expansão do emprego formal ou aumento dos salários médios. O crescimento expressivo na RI e no estado reforça uma tendência geral de recuperação pós-pandemia. Ainda assim, os percentuais baixos indicam que o peso da massa salarial formal na economia é limitado. Isso evidencia alta informalidade e baixa capacidade de geração de renda no setor produtivo formal (Gráfico 19).

**Gráfico 19** - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

*Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

## Acesso à Telefonia Móvel

Em Melgaço, o acesso à telefonia móvel aumentou de forma gradual, saindo de 16 linhas por 100 habitantes em 2019 para 34 em 2023. A maior elevação ocorreu entre 2020 e 2021, com um salto de 18 para 31 linhas. A RI Marajó partiu de 29 em 2019 e atingiu 56 em 2023, com crescimento constante ao longo do período. O Pará manteve os maiores índices, indo de 79 em 2019 para 90 em 2023, estabilizando-se a partir de 2021. O crescimento observado é positivo, mas evidencia disparidade entre os níveis (Gráfico 20).

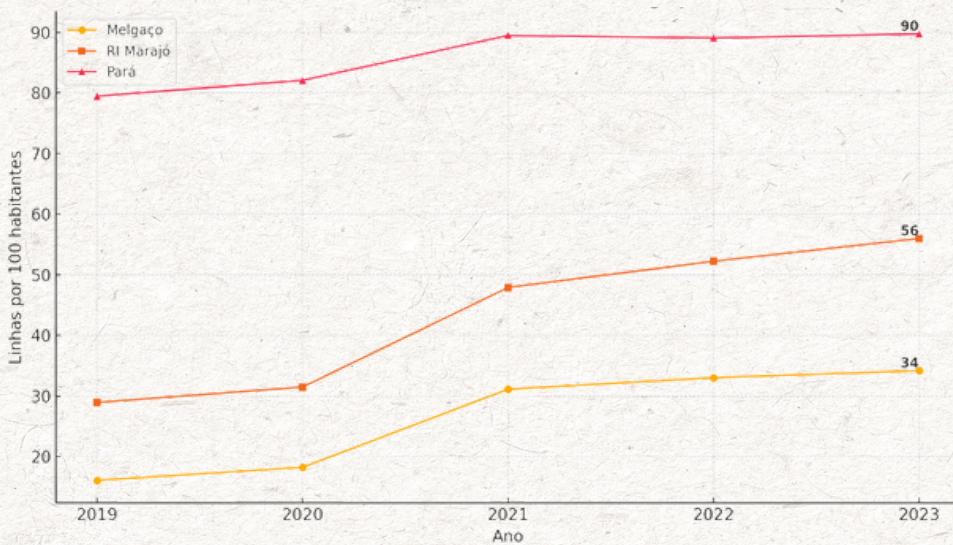
Embora Melgaço tenha dobrado sua taxa de acesso no período, a diferença em relação ao estado ainda é de 56 pontos em 2023. A expansão pode estar ligada à ampliação da cobertura de rede e maior acesso a dispositivos móveis. No entanto, a baixa base inicial revela uma carência histórica de infraestrutura digital. A RI também avançou significativamente, encurtando a distância com o nível estadual. O dado demonstra progresso, mas reforça a necessidade de investimentos direcionados a regiões mais isoladas (Gráfico 20).







**Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 34 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

**Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental**

Melgaço iniciou o período com R\$ 33,7 por habitante em 2019, caiu para R\$ 25,6 em 2020, mas subiu para R\$ 37,5 em 2021 e R\$ 46,2 em 2023. A RI Marajó oscilou de R\$ 29,0 em 2019 para R\$ 54,2 em 2023, com destaque para o crescimento após 2021. O estado do Pará teve o maior crescimento: de R\$ 40,8 em 2019 para R\$ 71,1 em 2023, com aumento expressivo em 2022. Os três níveis apresentaram recuperação a partir de 2021, após um período de retração (Gráfico 21).

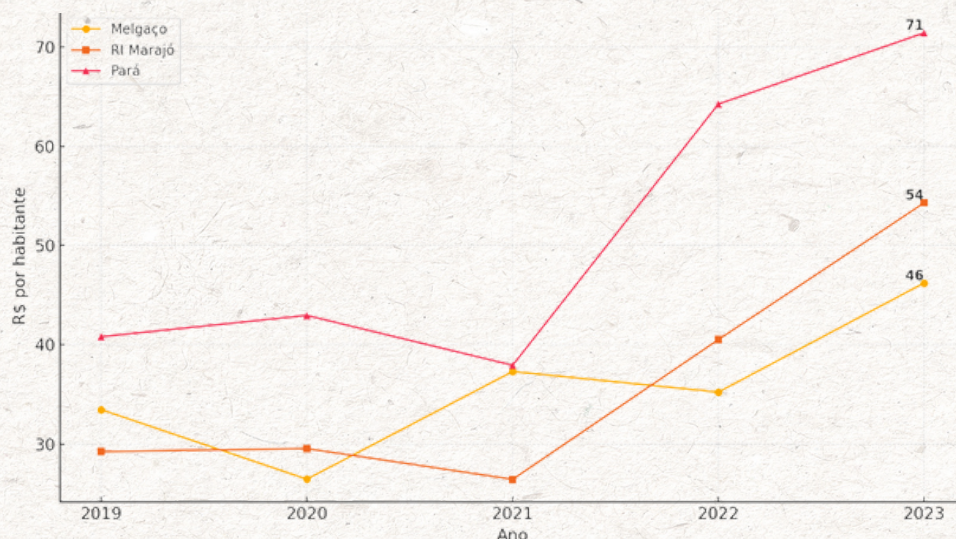
Melgaço manteve valores abaixo da média

estadual durante todo o período, mas conseguiu dobrar sua despesa per capita entre 2020 e 2023. O crescimento pode indicar retomada de projetos culturais e ambientais pós-pandemia. A evolução da RI e do estado aponta uma tendência regional de valorização dessas áreas. No entanto, a diferença de mais de R\$ 24 por habitante entre Melgaço e o estado em 2023 ainda é significativa. Isso reforça a necessidade de ampliar a capacidade orçamentária local para fortalecer políticas públicas culturais e ambientais (Gráfico 21).





**Gráfico 21** - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

## ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

*Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.*



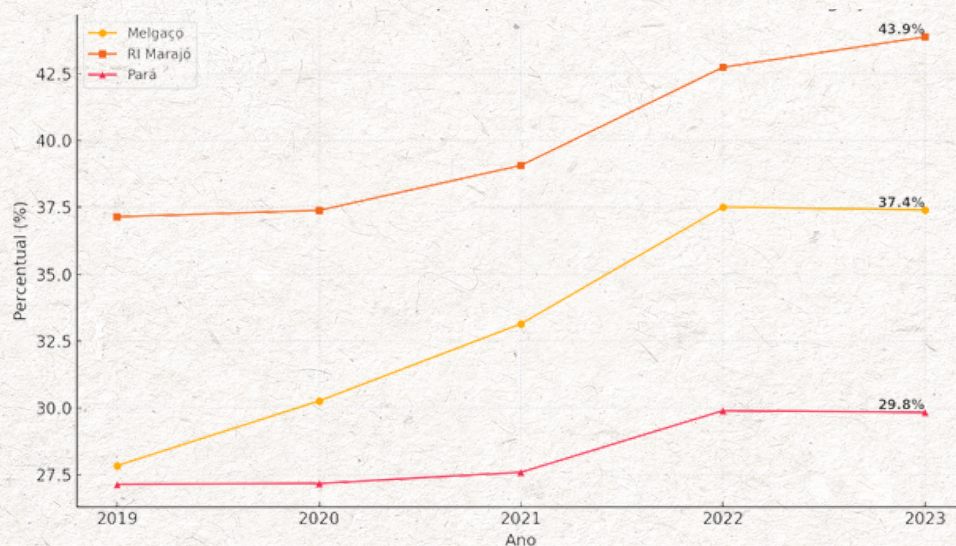


## Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Melgaço, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo cresceu de 27,8% em 2019 para 37,4% em 2023, com picos em 2022 (37,5%). A RI Marajó apresentou percentuais ainda maiores: de 37,2% em 2019 para 43,9% em 2023, revelando tendência contínua de piora. O estado do Pará manteve os menores valores, subindo de 26,9% para 29,8% no mesmo período. Todos os níveis apresentaram aumento, mas o crescimento foi mais acentuado em Melgaço e na RI (Gráfico 22).

Esses dados demonstram que grande parte da população de baixa renda vive sem acesso adequado à coleta de resíduos sólidos. A prática de queimar ou enterrar lixo é prejudicial à saúde pública e ao meio ambiente. Melgaço apresentou avanço negativo no indicador, sinalizando estagnação ou ausência de políticas de gestão de resíduos. O comportamento da RI reforça que se trata de uma deficiência regional. Já o estado, mesmo com crescimento, mantém índices menos críticos, o que evidencia desigualdades de infraestrutura (Gráfico 22).

**Gráfico 22** - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 37,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



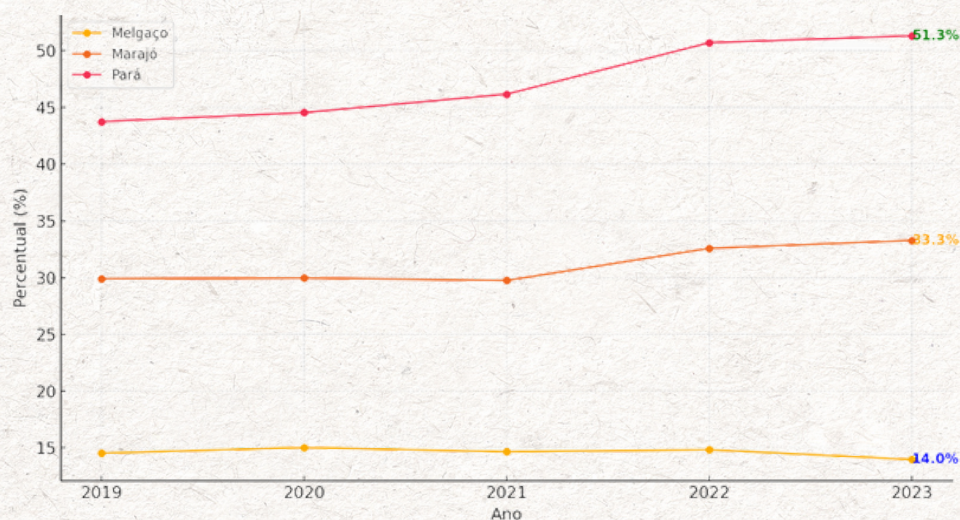
## População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Melgaço manteve relativa estabilidade nesse indicador, oscilando de 14,3% em 2019 para 14,0% em 2023. A RI Marajó ficou entre 30,0% e 33,3%, encerrando o período com a maior proporção da série. O estado do Pará apresentou crescimento mais acentuado: de 43,8% em 2019 para 51,3% em 2023, ultrapassando a marca de metade da população de baixa renda. Assim, Melgaço aparece como o município com a menor taxa, embora o número ainda seja significativo (Gráfico 23).

Apesar da estabilidade em Melgaço, o uso

de fossas rudimentares indica precariedade nas condições de saneamento. A RI e o estado mostram deterioração contínua do indicador, evidenciando que o problema se amplia em escala regional. A baixa taxa de Melgaço, nesse contexto, pode representar alguma cobertura alternativa de esgotamento, mas é preciso avaliar a qualidade das soluções utilizadas. A disparidade entre os níveis revela diferentes graus de vulnerabilidade. A solução exige investimentos em saneamento sustentável e acesso universal a sistemas adequados de esgoto (Gráfico 23).

**Gráfico 23** - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

*Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.*

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

## Gastos per capita com prevenção de desastres

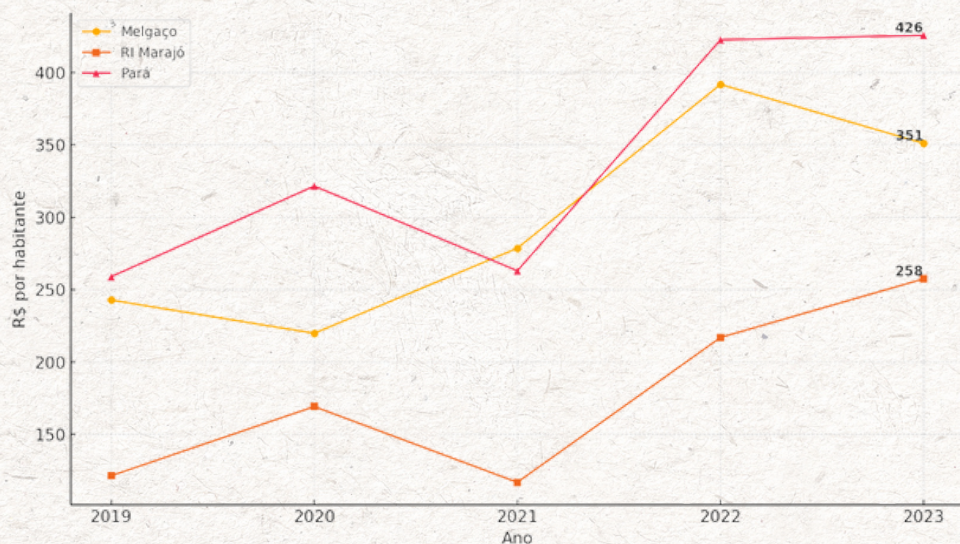
Em Melgaço, os gastos per capita com prevenção de desastres começaram em R\$ 243 em 2019, caíram para R\$ 220 em 2020 e subiram gradualmente até atingirem R\$ 390 em 2022. Em 2023, houve uma leve redução para R\$ 351. A RI Marajó iniciou em R\$ 121 e teve crescimento constante até R\$ 258 em 2023, com destaque para os anos de 2022 e 2023. O estado do Pará variou de R\$ 259 em 2019 para R\$ 426 em 2023, com forte aumento após 2021 (Gráfico 24).





Essa tendência crescente a partir de 2021 em todos os níveis evidencia uma resposta mais robusta à gestão de riscos e vulnerabilidades ambientais. Melgaço superou a média estadual em 2022 e manteve bom desempenho em 2023. A RI Marajó apresentou evolução significativa, mas ainda possui os menores valores. O Pará lidera o investimento absoluto no indicador, sugerindo maior capacidade orçamentária. O fortalecimento dessa área é essencial em um contexto de mudanças climáticas. O esforço municipal indica progresso na priorização de políticas preventivas (Gráfico 24).

**Gráfico 24** - Gastos per capita com prevenção de desastres, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 351/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





# ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

## Despesa per capita com preservação aquática

Melgaço apresentou crescimento de R\$ 229 em 2019 para R\$ 407 em 2023, com uma leve queda em 2022 (R\$ 228). A RI Marajó liderou com valores significativamente superior: de R\$ 750 em 2019 para R\$ 1.160 em 2023, mantendo-se sempre acima das demais regiões. Já o Pará iniciou em R\$ 179, chegou a R\$ 274 em 2020 e fechou 2023 com R\$ 287. A evolução positiva é visível nos três níveis, mas com forte assimetria entre eles (Gráfico 25).

A alta concentração de recursos na RI Marajó destaca sua prioridade na proteção de



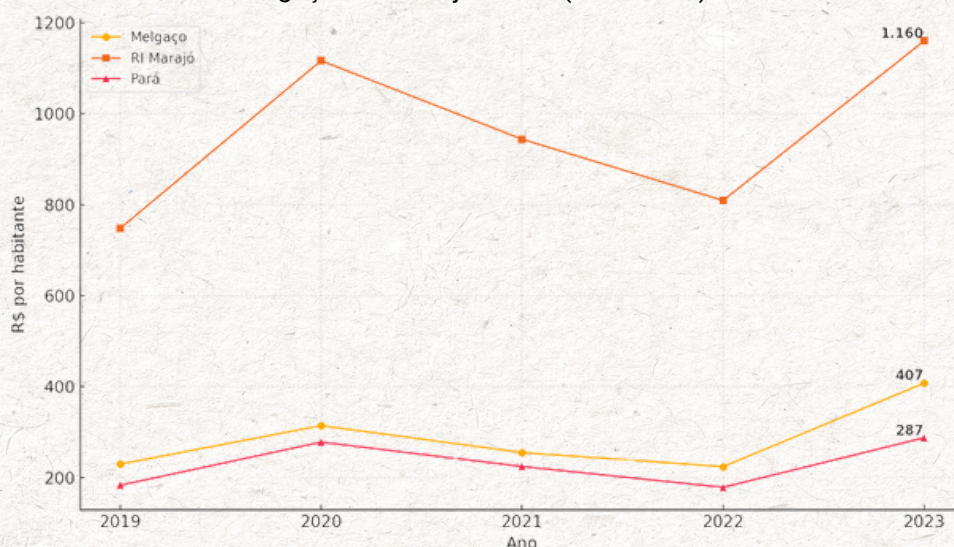
*Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.*



ecossistemas aquáticos, o que pode estar relacionado à dependência econômica da pesca ou biodiversidade. Melgaço também aumentou sua alocação, superando o estado em todos os anos da série. O Pará teve crescimento mais tímido, mas consistente. O comportamento do indicador evidencia uma preocupação crescente com a conservação hídrica. Políticas públicas voltadas à gestão dos recursos aquáticos têm ganhado espaço, sobretudo em territórios vulneráveis ao impacto ambiental. A continuidade desses investimentos pode evitar perdas ecológicas irreversíveis (Gráfico 25).



**Gráfico 25** - Despesa per capita com preservação aquática, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 407/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

## ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

*Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



## Percentual da Área de Floresta em relação à área total

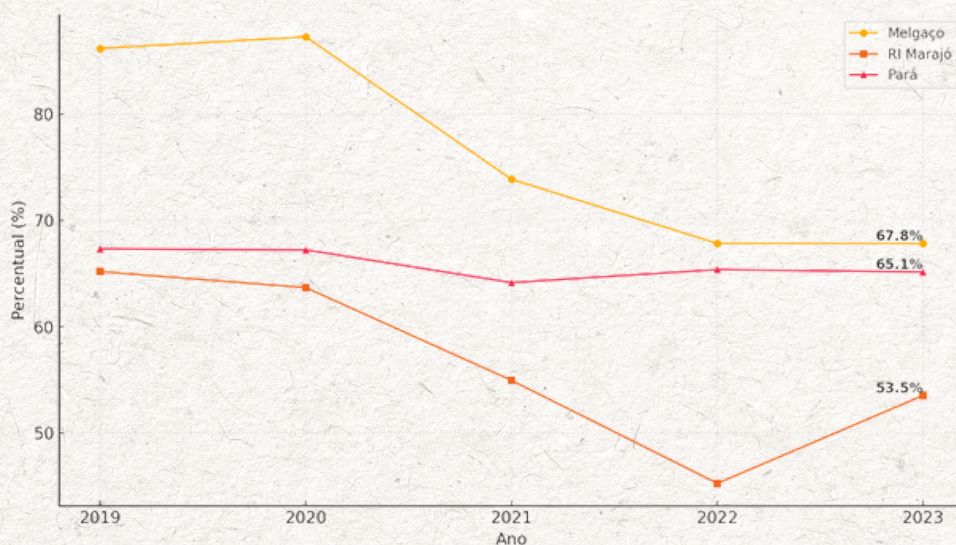
Melgaço iniciou 2019 com 86,3% de cobertura florestal, atingiu 87,2% em 2020, mas sofreu queda significativa para 73,8% em 2021, chegando a 67,8% em 2023. A RI Marajó teve comportamento semelhante, partindo de 65,0% em 2019 e caindo para 53,5% em 2023. Já o Pará mostrou maior estabilidade: de 67,0% em 2019, manteve-se na faixa de 65,0% nos anos seguintes. O recuo de Melgaço entre 2020 e 2021 chama atenção pela intensidade (Gráfico 26).

Essa perda de cobertura florestal em Melgaço revela uma possível intensificação do des-

matamento ou mudança de uso do solo, talvez ligada à expansão agropecuária ou ocupações irregulares. A tendência observada na RI Marajó reforça um padrão regional de degradação. O estado, embora mais estável, também demonstra dificuldade em reverter perdas. Em 2023, Melgaço ficou apenas 2,7 pontos acima da média estadual, apesar de ter iniciado a série com quase 20 pontos a mais. A conservação das florestas é crucial para o equilíbrio ambiental e climático local. Políticas de controle e reflorestamento devem ser retomadas com urgência (Gráfico 26).



**Gráfico 26** - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 67,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



## Percentual da Área Desmatada em relação à área total

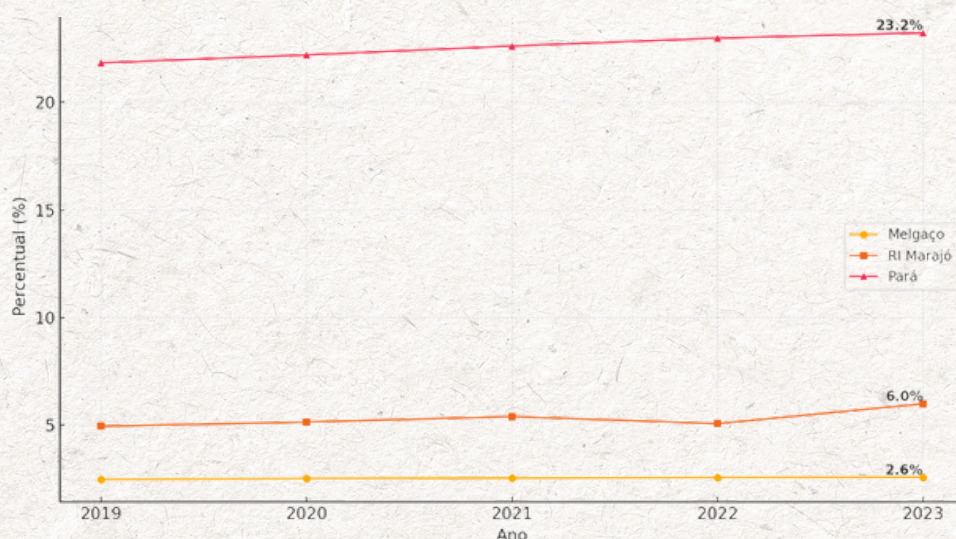
Melgaço manteve baixa taxa de área desmatada, oscilando de 2,4% em 2019 a 2,6% em 2023, com estabilidade ao longo dos anos. A RI Marajó variou de 5,0% em 2019 para 6,0% em 2023, com ligeira elevação. O estado do Pará apresentou os maiores índices: de 21,8% em 2019 para 23,2% em 2023, com aumento gradual. Apesar do crescimento estadual, o ritmo é mais contido do que o esperado, considerando a pressão sobre a floresta amazônica (Gráfico 27).

A manutenção de taxas baixas em Melgaço indica um controle mais eficaz do avanço do desmatamento em comparação com os demais níveis.

A RI Marajó exhibe tendência de crescimento, sugerindo fragilidade na fiscalização ou aumento de práticas predatórias. O Pará, mesmo com alta proporção de desmate acumulado, teve crescimento lento, possivelmente devido a esforços de mitigação. O contraste entre Melgaço e o estado chega a mais de 20 pontos percentuais em 2023. Esses dados destacam a importância da atuação local no combate à degradação ambiental. Preservar a vegetação nativa é fundamental para manter serviços ecossistêmicos e evitar desequilíbrios hídricos e climáticos (Gráfico 27).



**Gráfico 27** - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





# ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

*Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.*

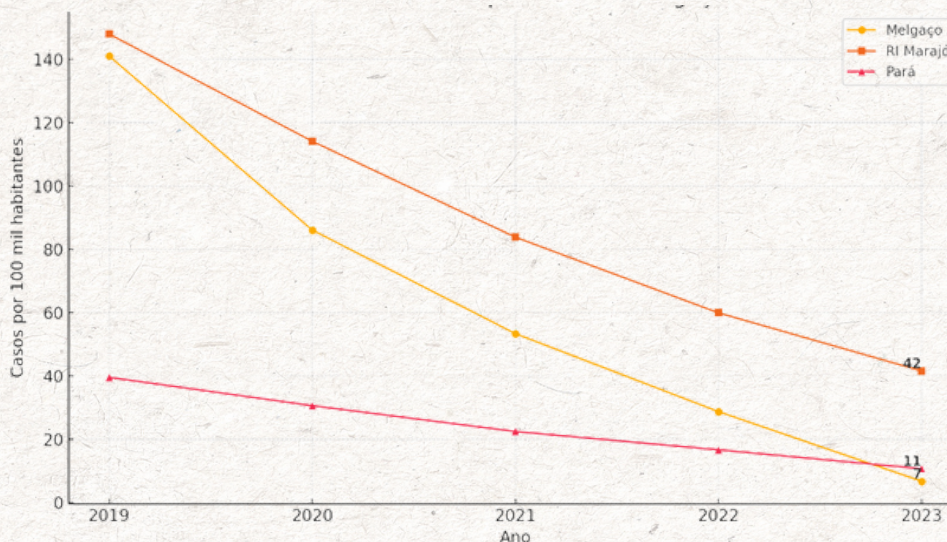
## Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Melgaço, a taxa de trabalho infantil teve uma queda acentuada de 140 casos por 100 mil habitantes em 2019 para apenas 7 em 2023. A redução foi consistente ano a ano: 87 em 2020, 54 em 2021, e 29 em 2022. A RI Marajó também apresentou diminuição expressiva, indo de 150 em 2019 para 42 em 2023. O estado do Pará, com taxas bem menores, saiu de 39 em 2019 para 11 em 2023. Essa tendência revela avanços significativos nas políticas de erradicação do trabalho infantil (Gráfico 28).

A redução em Melgaço, de mais de 130 pontos em cinco anos, é especialmente notável, indicando um esforço local eficiente em políticas sociais, educacionais e de fiscalização. A RI Marajó seguiu padrão semelhante, com queda de 108 pontos. Já o estado manteve sua trajetória de melhora partindo de uma base já mais baixa. Apesar do avanço, a diferença entre o município e o estado ainda era de 18 pontos em 2022. A continuidade das ações é essencial para que Melgaço se mantenha em linha com os padrões estaduais de proteção à infância (Gráfico 28).



**Gráfico 28** - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

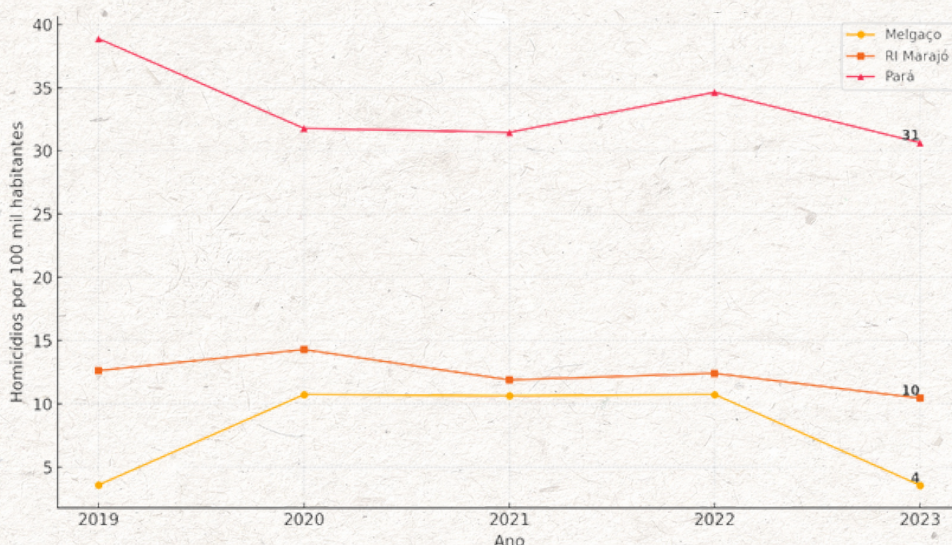
Melgaço apresentou taxa de homicídios de 3,5 por 100 mil habitantes em 2019, que saltou para 10,6 em 2020 e se manteve em torno de 10 até 2022, caindo para 4,0 em 2023. A RI Marajó oscilou pouco, com valores entre 12,6 e 14,2 entre 2019 e 2022, terminando o período com 10,4. Já o estado do Pará teve taxas elevadas durante todo o período: 38,8 em 2019 e 31,0 em 2023, com picos de 34,6 em 2022. A diferença entre Melgaço e o estado foi de 27 pontos em 2023 (Gráfico 29).

Apesar de uma elevação significativa em

2020, Melgaço conseguiu reduzir sua taxa de homicídios nos anos seguintes. A melhora em 2023 posiciona o município bem abaixo da média estadual, sinalizando avanços em segurança pública. A RI manteve relativa estabilidade, mas ainda com níveis maiores que o município. O Pará, por sua vez, segue enfrentando altos índices de violência letal. O comportamento dos dados aponta para a necessidade de manutenção de políticas de segurança e prevenção, especialmente para consolidar a tendência de queda em Melgaço (Gráfico 29).



**Gráfico 29** - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

## ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

*Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.*





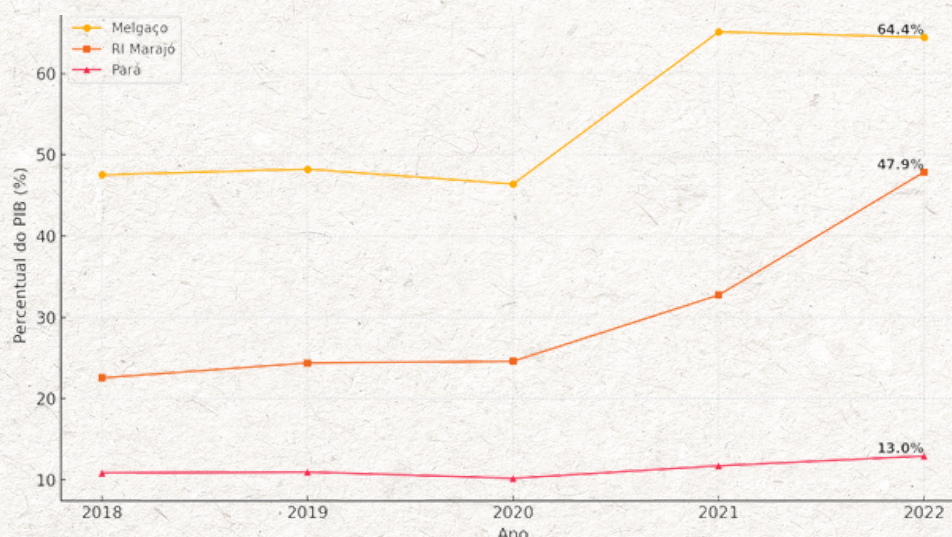
## Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Melgaço apresentou um elevado nível de gasto público em relação ao PIB durante todo o período analisado. Em 2018 e 2019, os percentuais foram de 47,6% e 48,2%, respectivamente, com uma leve queda para 46,5% em 2020. A partir de 2021, observou-se uma elevação expressiva, atingindo 64,9% em 2021 e mantendo-se em 64,4% em 2022. A Região de Integração do Marajó também mostrou crescimento importante, partindo de 22,7% em 2018 para 47,9% em 2022. Já o estado do Pará apresentou uma estabilidade com leve tendência de alta, saindo de 10,6% em 2018 para 13,0% em 2022 (Gráfico 30).

A diferença entre Melgaço e o estado do Pará permaneceu bastante significativa durante

todo o período, com uma distância de mais de 50 pontos percentuais em 2022. Isso demonstra que o município destina proporcionalmente uma parcela muito maior de sua produção econômica às despesas públicas. Esse padrão pode refletir tanto o tamanho reduzido do PIB local quanto a dependência de transferências constitucionais para financiar serviços essenciais. A forte elevação a partir de 2021 pode estar relacionada à ampliação de programas sociais ou aumento de investimentos públicos. No entanto, o dado também exige cautela, pois pode sinalizar baixa capacidade de geração de receita própria. Comparativamente, a RI Marajó segue um padrão intermediário entre Melgaço e o estado (Gráfico 30).

**Gráfico 30** - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Melgaço x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 64,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.



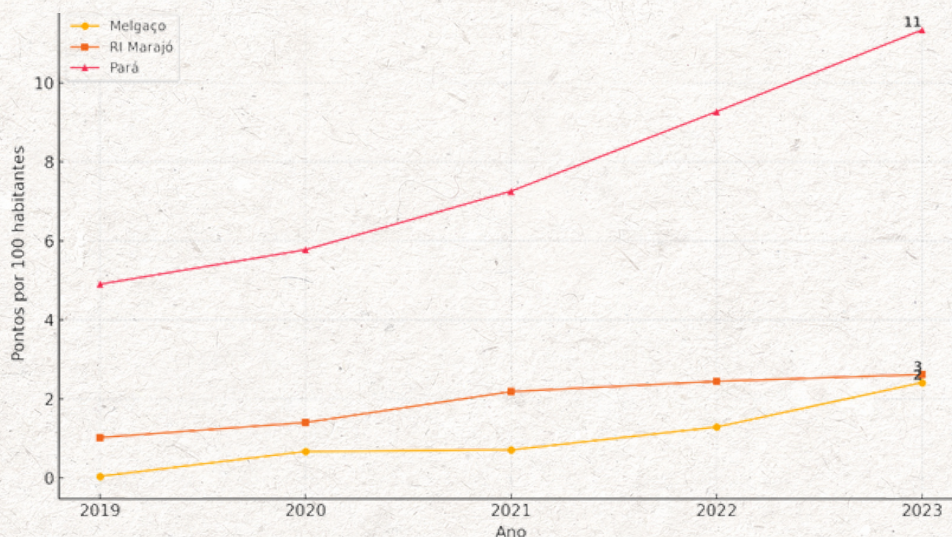
### Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em Melgaço, a taxa de acesso à banda larga fixa aumentou de 0,0 pontos por 100 habitantes em 2019 para 2,5 pontos em 2023. O crescimento foi lento nos primeiros anos: 0,7 em 2020, mantido em 2021, seguido por alta para 1,3 em 2022 e, finalmente, o salto para 2,5 em 2023. A Região de Integração do Marajó apresentou números mais consistentes, indo de 1,0 em 2019 para 3,0 em 2023. Já o estado do Pará teve desempenho superior, com aumento de 4,9 em 2019 para 11,0 pontos em 2023, quase quadruplicando o indicador (Gráfico 31).

A evolução positiva em Melgaço é notável, mas evidencia um atraso significativo em rela-

ção aos demais níveis territoriais. Em 2023, a diferença entre o município e o estado chegou a 8,5 pontos por 100 habitantes, o que evidencia uma forte desigualdade digital. A baixa cobertura de internet fixa pode comprometer o acesso a serviços de educação, saúde, trabalho e cidadania digital. A RI Marajó também registra crescimento constante, ainda que em patamares inferiores ao estadual. Os dados reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas à ampliação da infraestrutura digital nas regiões mais vulneráveis. A inclusão digital é condição essencial para o desenvolvimento socioeconômico sustentável (Gráfico 31).

**Gráfico 31** - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Melgaço x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

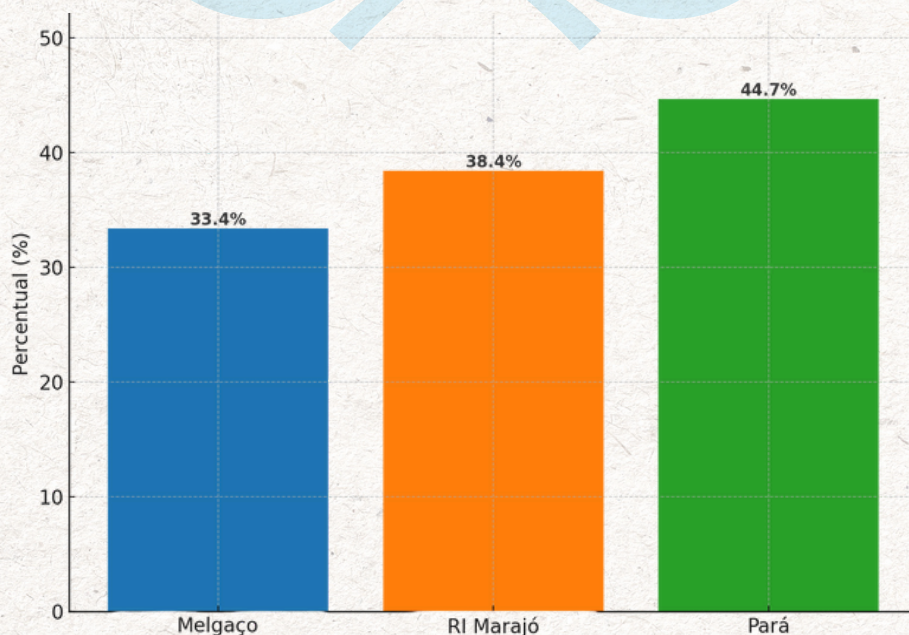


# Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Melgaço** registrou um IDS de **33,4%** (gráfico 32).

**Gráfico 32** - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Melgaço x RI Marajó x Pará (2025)



## Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.





# Anexo I

## Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

**Figura 1** - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



**Figura 2** - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multisetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.





Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

**Figura 3** - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

## Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

**Figura 4** - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.





A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).







Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

## Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos





dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Melgaço na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Melgaço e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.





Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



## Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.





## Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

\*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).





## FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

[www.fapespa.pa.gov.br](http://www.fapespa.pa.gov.br)

